... Cadernos :: edição: 2000 - Nº 15 > Editorial > Índice > Resumo > Artigo

O ENVOLVIMENTO DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO/INCLUSÃO DO ALUNO COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Renato Paula Vieira Lopes Reinoldo Marquezan

O aluno da Educação Especial é tão especial quanto qualquer pessoa. A família é a principal responsável pelas ações do seu filho com necessidades especiais. É ela que lhe oferece a primeira formação. Na integração/inclusão escolar, o aluno, com a orientação dos profissionais e da família, poderá adquirir competência profissional e pessoal. Este artigo é resultado do trabalho de pesquisa realizado para identificar o envolvimento da família no processo de integração/inclusão escolar da pessoa com necessidades especiais.

Inspirados em experiências concretizadas na Europa e Estados Unidos da América do Norte, alguns brasileiros iniciaram, já no século XIX, a organização de serviços para atendimento a cegos, surdos, deficientes mentais e deficientes físicos. MAZZOTTA (1996). Durante um século, tais providências caracterizaram-se como iniciativas oficiais e particulares isoladas, refletindo o interesse de alguns educadores pelo atendimento educacional de pessoas com necessidades especiais. A partir de 1854, a Educação Especial começou sua trajetória no Brasil, com base nos estudos desenvolvidos na Europa, com modelos de internatos e de escolas especiais, e nos Estados Unidos, com a inserção de classes especiais na escola comum e as conquistas dos movimentos organizados de pais de pessoas com necessidades especiais, que levaram avante progressos na legislação, no amparo financeiro e na melhora dos serviços necessários a seus filhos. Na Suécia, toma a forma de "conselhos familiares" e, na França, a de "ação interfamiliar".

Após 1960, começaram, no Brasil, a surgir as escolas especiais, os centros de habilitação e de reabilitação, as oficinas protegidas de trabalho, os clubes sociais especiais e as associações desportivas especiais.

A Educação Especial surgiu, então, como cuidados assistenciais às pessoas com necessidades especiais, separados da educação comum. Atualmente, uma nova tendência propõe uma abordagem diferenciada para essa modalidade de Educação.

A Educação Especial, em conformidade com a Política Nacional de Educação Especial do MEC (1994, p. 17), ...

"...é um processo educacional que visa promover o desenvolvimento das potencialidades de pessoas com necessidades especiais, condutas típicas, altas habilidades, e que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. Fundamenta-se em referenciais teóricos e práticos compatíveis com as necessidades específicas de seu alunado".

O processo deve ser integral, fluindo desde a estimulação essencial até os graus superiores de ensino. Sob o enfoque sistêmico, a educação especial integra o sistema educacional vigente, identificando-se com sua finalidade, que é a de formar cidadãos conscientes e participativos.

Os alunos da Educação Especial, segundo RAIÇA (1990, p. 10),

... são vivos, sentem, observam, têm as mesmas necessidades que as outras crianças. Não se pode confiná-los em um mundo à parte.

O deficiente é produzido pelo ambiente de carências afetivas, sociais, econômicas e culturais.

Nem um louco, nem um bobo. Um ser humano que requer, talvez, mais que os outros, orientação, apoio e carinho.

Por natureza, toda pessoa tem suas necessidades. Aqueles que apresentam desvio físico, intelectual, sensorial, social e de comportamento muito acentuado, que não podem beneficiar-se dos programas da educação comum, necessitam de ensino ou serviços especiais, através da modificação ou apoio ao programa educacional comum, de maneira que eles próprios se tornem capazes de satisfazer suas necessidades. É preciso adequar a estrutura do ensino, os conteúdos e os métodos ao ritmo e as características do aluno, a fim de lhe facilitar a construção de conhecimentos.

Neste contexto, surgem as propostas de educação inclusiva e de sociedade inclusiva, ou seia, a

educação e a sociedade caminhando juntas para promover o que se chama de uma sociedade para TODOS, sem distinções de raça, cor, religião ou necessidades. No entanto, acredita-se que a sociedade não esteja preparada para promover a inclusão da pessoa com necessidades especiais. Por isso, devemos trabalhar, ainda mais, a integração/inclusão.

Tanto no discurso geral como no discurso da escola, a integração das populações diferentes e das crianças deficientes é ponto pacífico. Se em ambos os discursos reconhece-se que esta integração na sociedade dos adultos ou na das crianças nem sempre é plenamente realizada, a integração daqueles que são diferentes dos outros é considerada em todos os casos como uma finalidade a atingir. VAYER (1989, p. 61).

Os movimentos integracionistas/inclusivistas visam à plena participação de TODAS as pessoas em todos os setores da sociedade e a busca por parte de ambos - sociedade e pessoas com necessidades especiais - de maneiras práticas de correlacionar seus direitos e deveres na construção de uma sociedade para todos, objetivando o pleno exercício de uma cidadania, à qual todos nós temos direito. Para que este movimento ganhe mais força e venha a se concretizar, é preciso que a sociedade conheça melhor a realidade da Educação Especial, esse complexo universo que ainda é desconhecido, para melhor acompanhamento e interação. Neste sentido, hoje já se tem um melhor controle de fatores biomédicos, aconselhamento genético, planejamento familiar, detecção de problemas metabólicos, controle de fatores da mãe e outros, mas a população de crianças vulneráveis e com dificuldades de aprendizagem tende a aumentar por carências afetivas, falta de esclarecimentos, relações familiares perturbadas, entre outras causas. A conscientização da família, no sentido de que ela faz parte de um contexto social, que exerce influências sobre o indivíduo, preparando-o para o mundo escolar é essencial. Também a conscientização dos educadores não só em saber trabalhar com o aluno, mas também em promover o desenvolvimento familiar, de forma que a família se torne um agente ativo no processo de integração/inclusão, deve ser buscada.

Segundo Miranda (1999, p. 44),

Na efervescencência do momento pós-impacto do Documento de Salamanca sobre os círculos de debate brasileiros e internacionais que discutem os direitos das pessoas com necessidades especiais, bem como as formas de exercer e garantir esses direitos, notadamente nos anos de 1996 a 1999, uma série de pensamentos sobre a questão da inclusão se explicitaram, seja através de artigos publicados, seja através de eventos para discussão

A família e a escola devem encontrar formas criativas e arregimentadoras de convencer a comunidade a participar, através de parcerias, da manutenção para a integração/inclusão.

Quando há a conscientização das pessoas envolvidas, o destino toma seu rumo, ou seja, quando os alunos estão bem integrados/incluídos nas salas de aula, é por que isto está acontecendo.

Algumas das questões mais preocupantes em relação à integração/inclusão, hoje, são que:

- ao invés de os alunos especiais estarem integrados/incluídos, estejam segregados ou excluídos .
- a falta de preparação de professores de classe comum pode trazer prejuízos aos alunos especiais;
- nem todos os portadores de necessidades especiais são aptos para a integração/inclusão, alguns precisam de atendimento individual e especializado;
 - a atenção dos governantes para com a educação é escassa;
 - a participação da família, que é de grande relevância, tem ficado aquém do necessário.

A família é o primeiro e talvez o principal grupo social em que vivemos. É nela que aprendemos a construir nossa individualidade e independência. Por isso é muito importante o contato com outras famílias que enfrentam, ou não, problemas com necessidades especiais.

Os pais precisam estar conscientes e mobilizados para participar, apoiar, trabalhar em conjunto, com união e harmonia. Devem também cuidar para que não haja, em relação ao filho com necessidades especiais, superproteção, posto que esta em pouco ou nada contribuirá para o desenvolvimento da autonomia da pessoa.

Para SASSAKI (1997, p. 31),

O princípio da normalização "tinha como pressuposto básico a idéia de que toda pessoa com necessidades especiais, especialmente aquela portadora de deficiência mental, tem o direito de experior com portadora de serio com portadora de propertir com portado que serio com portado que seri

inicial foi, então, a de normalizar, mas isto foi confundido com a noção de "tornar normais as pessoas com necessidades especiais".

A partir da década de 70, a educação especial deu um salto, possibilitando que a pessoa com necessidades especiais tivesse mais oportunidades de sociabilidade, embora se todos têm suas necessidades, por que marginalizar o mais necessitado? Será que a sociedade está preparada para receber o mais necessitado, ou é a sociedade que está em déficit para normalizar esta situação?

Às vezes é criado um mundo à parte para as pessoas com necessidades especiais. Porém elas podem ter sua casa, sua escola, seu trabalho, seu lazer como qualquer outra pessoa. Nesse sentido, muitos pais e educadores procuram fazer um trabalho de integração. Deve-se ter o cuidado para não excluir a pessoa com necessidades especiais.

Num passado ainda próximo, a exclusão ocorria em seu sentido total, as pessoas com necessidades especiais eram excluídas da sociedade para qualquer atividade porque "antigamente" elas eram consideradas inválidas, sem utilidade para a sociedade e incapazes de trabalhar, características essas atribuídas indistintamente a todos que tivessem alguma necessidade especial.

Se algumas culturas simplesmente eliminavam essas pessoas, outras adotavam a prática de interná-las em instituições de caridade, com doentes, idosos e outros. Essas instituições eram grandes e serviam, basicamente, para dar abrigo, alimentos, medicamentos e algumas atividades para ocuparem o tempo ocioso.

As instituições foram se especializando para atender pessoas por tipo de necessidade, passando-se a praticar uma segregação institucional. A idéia era a de dispor, dentro das instituições, de todos os serviços possíveis já que a sociedade não aceitava receber pessoas com necessidades especiais nos serviços existentes na comunidade.

Sempre que nos deparamos com casos diferentes na vida é que nossos valores irão se somar às grandes qualidades e nos tornaremos modelos para as decisões do futuro.

Com o objetivo de identificar o envolvimento da família no processo de integração/inclusão escolar do filho/aluno com necessidades especiais, foi realizada uma pesquisa com dez famílias. Os resultados encontrados evidenciam que:

- a) Quanto ao envolvimento da família nas atividades escolares do filho/aluno, de dez casos, nove são conscientes de que os filhos serão beneficiados pelas atividades escolares. Dos nove, três são sabedores que o desenvolvimento é muito lento. Dos três, um diz que já fez tudo o que seria necessário para o desenvolvimento do filho com dezoito anos de idade. Então, fica na expectativa de que poderá despertar algum desenvolvimento. Uma família torna-se um caso à parte, porque a professora afirma que a aluna não tem condições de acompanhar e simplesmente os pais encaminham-na para classe especial sem outro atendimento.
- b) Quanto ao relacionamento da família com os professores, conclui-se que há relacionamento, pelo mínimo, com um membro da família. Portanto, as dez famílias pesquisadas têm relacionamento com os professores. No caso em que os pais encaminharam a filha da classe comum para a classe especial, a aluna relaciona-se muito bem com todos. A mãe participa das reuniões convocadas pelos professores.
- c) Quanto ao relacionamento da família com outras famílias: sete delas têm esse tipo de convivência normalmente. Das três que não interagem com outras famílias, uma sente o abandono do pai, a mãe alega que não tem como relacionar-se com outras famílias, pois a dela está incompleta. A família em que os pais têm mais idade é humilde e, às vezes, o filho é rejeitado pelos colegas. Assim, estes pais alegam ser difícil o relacionamento de seu filho com as outras pessoas. Em um caso, que a mãe é solteira, sente vergonha de relacionar-se com outras famílias.

Estes resultados evidenciam que, entre as famílias pesquisadas, há envolvimento destas com a escola dos filhos, com seus professores e das famílias entre si. Esse envolvimento partiu da integração/inclusão que as famílias tiveram com a escola. Houve casos em que os pais, embora um pouco inibidos, conseguiram fazer um bom trabalho para seus filhos. Nos casos em que os pais estavam sempre ativos e participantes, foi observado um maior desenvolvimento dos filhos/alunos.

Isso mostra que, no momento em que estavam envolvidas, independente da obrigação, desejo, inspiração, conseguiram alcançar os objetivos indicados para seus filhos. Independente da participação das famílias, todas ficaram satisfeitas com a atuação da escola.

Por outro lado, destaca-se que a escola brasileira ainda não está suficientemente preparada para atuar com alunos de classe especial. Cada caso, é um caso diferente. Para o professor (a) é um grande desafio, mas com competência e a boa vontade da família, onde cada um colabora como pode, farão

muito para a Educação Especial. Na certeza de que todos precisam de estímulo, apoio, compreensão e amadurecimento, principalmente as pessoas especiais, isto é, as pessoas que trabalham com os portadores de necessidades especiais, é que a comunidade deve elevar seu pensamento e ajudar os mais necessitados.

Queremos concluir este trabalho ressaltando que a participação da família do filho com necessidades especiais é decisiva no processo de integração/inclusão e indispensável para um construir-se pessoal e participante da sociedade. As relações entre famílias de filhos com necessidades especiais oportunizam suporte recíproco para o fortalecimento necessário à convivência saudável entre seus membros. A escola, em conjunto com a família, deverá implementar as melhores estratégias de ensino-aprendizagem para que o aluno portador de necessidades especiais dela se beneficie e nela permaneça.

Não se pode prescindir, no processo de integração/inclusão, das pessoas com necessidade especiais na participação do Estado. Participação na formulação e implementação de políticos, na alocação e destinação de recursos, na mobilização da sociedade.

A integração/inclusão das pessoas com necessidades especiais é um processo que requer, para sua consolidação, a concorrência de múltiplos esforços e a participação de todos os segmentos da sociedade de forma que se crie uma consciência social.

BIBLIOGRAFIA

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

BRASIL/MEC/SEESP - Política Nacional de Educação Especial, Brasília: 1994.

MANTOAN, Maria Teresa (org.). **A integração de Pessoas com Deficiência:** contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon, 1997.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação Especial no Brasil. História e Políticas Públicas.** São Paulo: Cortez Editora. 1996.

MIRANDA, Sônia G. - **Inclusão em debate**: das políticas públicas ao currículo da escola. In Revista Cadernos de Educação Especial. Santa Maria: Editora UFSM, nº 13, 1999.

MOREJÓN, Kizzy. A influência da figura paterna na construção da auto-estima da criança com necessidades especiais. Santa Maria: Monografia Especialização, 1999.

RAIÇA, Darcy e OLIVEIRA, Maria Teresa Baptista de. **A educação especial do deficiente mental.** São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda, 1990.

RODRIGUES, Letícia do Amaral Burlamaqui. **Inclusão Escolar**: A Aceitação de Alunos com Deficiência Mental pelos Professores de Classes Comuns. Santa Maria: Monografia Especialização, 1999.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**. Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

VAYER, Pierre. A integração da criança deficiente na classe. São Paulo: Manole, 1989.

Página inicial

Próxima edição

Cadernos :: edição: 2000 - N° 15 > Editorial > Índice > Resumo > Artigo